



## Resumo de Notícias

07/01/2016 - Telesíntese

# Proposta de fusão entre Oi e TIM pode ser apresentada ainda em janeiro, diz agência

**Bayard Gontijo, CEO da Oi, já estaria em conversar com o conselho de administração da Telecom Italia que, por sua vez, preferiria um negócio sem participação do fundo LetterOne, segundo a agência Reuters.**

As conversas entre a Oi e o conselho da Telecom Italia para realizar uma fusão entre a concessionária e a TIM Brasil já teriam começado, conforme notícia da agência de notícias Reuters. O CEO da Oi, Bayard Gontijo, estaria à frente da negociação com a holding italiana, discutindo, principalmente, questões de governança. De acordo com a agência, a previsão de rever os contratos de concessão e o marco regulatório do setor de telecomunicações teria sido um catalisador para o início das conversas, embora não se saiba exatamente quanto a negociação teve início.

A agência de notícias diz, ainda, que o banco BTG

Pactual, encarregado por aconselhar a Oi no negócio, deve apresentar uma proposta formal de fusão até o fim de janeiro. A proposta incluiria participação do fundo LetterOne, controlado pelo bilionário russo Mikhail Fridman, que se comprometeu a investir US\$ 4 bilhões na Oi para realizar a fusão. A Telecom Italia, complementa a Reuters, não acharia necessária a entrada do fundo na operação. Bank of America Merrill Lynch e Bradesco BBI aconselham Telecom Italia e TIM. A Oi estuda, ainda, contratar dois outros bancos para assessorá-la e, possivelmente, atuarem como financiadores.

07/01/2016 - Telesíntese

# Nextel resgata R\$ 172 milhões de garantias de leilão da anatel

**A Anatel autorizou o resgate de garantias do leilão de frequência realizado em 2010**

A Anatel autorizou hoje, 07, a Nextel resgatar R\$ 172, 284 milhões de garantias depositadas pela compra de frequência na licitação de 2010.

A agência confirmou que a empresa cumpriu as metas de cobertura e abrangência estabelecidas no edital, atendendo dezenas de municípios com o seu serviço e tecnologia 3G.

Em 2010 foram vendidas sobras de frequências de

1,7/1,8 GHz. A Nextel comprou, com o maior ágio, a banda H do Estado de São Paulo e frequências para todo o país, quando gastou R\$ 1,421 bilhão. Em dezembro passado a empresa finalmente conseguiu completar o foot print dessa frequência arrematando o espectro da região metropolitana de São Paulo, que estava sub judice, por R\$ 445 milhões.



## Resumo de Notícias

Instituto Telecom

# Nossa Opinião – 2016, um ano de decisões

O ano de 2015 foi difícil para o país, mas não para o setor de telecomunicações. O Grupo Oi registrou uma receita líquida de R\$ 21 bilhões, só nos três primeiros trimestres de 2015. O Grupo Claro, no mesmo período, teve uma receita líquida de R\$ 27 bilhões. E o Grupo Telefônica, de R\$ 31 bilhões. Ou seja, as empresas não têm do que reclamar. Dominam a banda larga, a TV por assinatura, a telefonia fixa e móvel do país.

O ano de 2016 será extremamente importante para as telecomunicações brasileiras. É o ano da assinatura dos novos contratos de concessão e do debate sobre uma nova lei para o setor.

Vamos definir se queremos a banda larga, o novo ouro negro, em regime público, com metas claras de universalização, qualidade e tarifas módicas ou se aceitamos que o mercado dê as cartas, colocando todos os serviços de telecomunicações em regime privado.

Será o momento de definir se os contratos de concessão devem conter metas de universalização do

backhaul (ligando o backbone das operadoras às prefeituras de todos os municípios) ou se aceitamos a lógica do mercado, que deseja retirar este capítulo dos novos contratos.

Em 2016 também terá continuidade o debate sobre a terceirização dos serviços de telecomunicações – e este não pode desvincular a qualidade dos serviços das condições de trabalho e salário. Não pode haver atividade fim, como a rede externa e os call center, ilegalmente terceirizada.

O Instituto Telecom, mais uma vez, estará junto com o FNDC e a Campanha Banda Larga é um Direito Sua na defesa de um grande debate sobre as (tele)comunicações no Brasil. Afinal, o desenvolvimento econômico e social passa por dar acesso de qualidade a serviços básicos em áreas como educação, saúde e cultura. E as (tele)comunicações têm um peso gigantesco na construção de um país mais plural e democrático.

07/12/2015 - Telesíntese

## Mais de 4 milhões de números de celular trocaram de operadora em 2015

**Desde 2008, quando a portabilidade foi implementada no país, mais de 30 milhões de números fixos e móveis migraram de empresas**

Mais de 30 milhões de trocas de operadoras de telefonia móvel e fixa foram realizadas no Brasil, desde setembro de 2008, quando a portabilidade numérica foi implementada. Segundo o relatório divulgado pela ABR Telecom (Associação Brasileira de Recursos em Telecomunicações), Entidade Administradora do serviço no País, o registro é de que 30,4 milhões de migrações foram efetivadas em pouco mais de sete anos. As solicitações de transferência de operadora com manutenção do número do telefone em 11,55 milhões (38%) das vezes foram originadas por usuários de aparelhos fixos e em 18,84 milhões (62%) de telefones móveis.

No quarto trimestre do ano 2015 (outubro a dezembro), em todo o território nacional, a ABR

Telecom mostra que foram efetivadas 1,1 milhão de migrações entre prestadores de serviços telefônicos. As solicitações de usuários de telefones fixos, nessas transferências, respondem por 352,45 mil migrações (32%) e as demandas realizadas no serviço móvel por 748,74 mil (68%).

Na apuração do movimento anual, o relatório da ABR Telecom informa que entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2015, mais de quatro milhões de trocas de operadoras de telefonia fixa e móvel, sem alteração do número, foram realizadas no Brasil. Entre essas transferências, os assinantes de telefonia fixa demandaram 1,5 milhão (36%) das migrações, no decorrer do último ano, e os usuários de telefones móveis, 2,63 milhões (64%).



## Resumo de Notícias

07/01/2016 - Carta Maior

# Fiscalização resgatou 936 pessoas de trabalho escravo no Brasil em 2015

**Principal perfil das vítimas é de jovens, do sexo masculino, com baixa escolaridade e que tenham migrado internamente dentro do país.**

As operações de combate ao trabalho escravo no Brasil resgataram 936 pessoas de condições análogas à escravidão no período de janeiro a 17 de dezembro de 2015. O principal perfil das vítimas é o de jovens do sexo masculino, com baixa escolaridade e que tenham migrado internamente no país.

Os fiscais do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) e das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTEs) realizaram, no período, 125 operações, fiscalizando 229 estabelecimentos das áreas rural e urbana, alcançando 6.826 trabalhadores. Além do resgate de trabalho escravo, a ação resultou na formalização de 748 contratos de trabalho, com pagamento de R\$ 2.624 milhões em indenização para os trabalhadores.

Foram ainda emitidas, em 2015, 634 Guias de Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado (GSD-TR), benefício que consiste no pagamento de três parcelas, no valor de um salário mínimo cada uma, para que as pessoas resgatadas de condições análogas à escravidão possam recomeçar suas vidas profissionais. Houve também a emissão de 160 Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) para as vítimas.

### Perfil

A Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae) do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) realizou uma análise sobre o perfil das vítimas resgatadas, com dados parciais coletados até o início de dezembro, a partir da emissão do seguro-desemprego. O estudo mostra que 74% das vítimas não vivem no município em que nasceram e que 40% trabalham fora do estado de origem.

Em 2015, a maioria das vítimas é do estado da Bahia, com 140 resgates, o que corresponde a 20,41% do total resgatado. Do Maranhão, foram localizadas 131 vítimas, ou 19,10%, e de Minas Gerais,

77 resgates, respondendo por 11,22% do total de resgates.

A análise aponta também que, entre os trabalhadores resgatados que estão recebendo seguro-desemprego, 621 são homens e a maioria tem entre 15 e 39 anos (489 vítimas). A maior parte das vítimas que ganham até 1,5 salário mínimo (304), e grande parte dos trabalhadores resgatados, 376 do total, são analfabetos ou concluíram no máximo até o 5º ano do ensino fundamental.

De acordo com o chefe da Detrae, André Esposito Roston, entre os trabalhadores alcançados em 2015 pelo Grupo Móvel e pelos auditores das SRTEs, o equivalente a 14% foram considerados em condições análogas às de escravo. Doze trabalhadores encontrados tinham idade inferior aos 16 anos, enquanto 24 tinham idade entre 16 e 18 anos. "Este dado é preocupante, pois evidencia que trabalhadores com idade inferior aos 18 anos, eram mantidos em atividades onde, em regra, eles não poderiam trabalhar, seja pela intensidade, natureza ou mesmo por integrar a lista das piores formas de trabalho infantil", afirma.

André Roston alerta também para os riscos a que estão expostos os trabalhadores migrantes e a relação com tráfico de seres humanos. "Do total de trabalhadores alcançados, 58 eram estrangeiros, o que reforça a já constatada transversalidade entre trabalho escravo e o aliciamento de pessoas, que alcança não só a questão da migração internacional, mas também entre regiões do Brasil", evidencia.

Outro dado que chama atenção é a quantidade de trabalhadores resgatados em áreas urbanas. Nas cinco ações fiscais que encontraram a maior quantidade de trabalhadores em condições análogas às de escravo, três foram de caráter urbano.



## Resumo de Notícias

07/01/2016 - Carta Maior

# Lu Alckmin pode viajar tranquila que a mídia abafa

**O caso aéreo de Lu é exemplar para entender a alma abjeta da imprensa. Se fosse a mulher de Lula, jornais se atirariam, em matilha, às denúncias.**

Acabo de dar uma vasculhada nos tuítes dos últimos dois dias de Ricardo Noblat.

Era um teste cujo resultado, a rigor, eu já conhecia.

Queria ver se ele tinha feito alguma menção aos vôos de Lu Alckmin patrocinados pelo contribuinte paulista.

Nada.

Escolhi Noblat porque, para mim, ela é a essência do jornalista que temos nas grandes empresas. O JP, o Jornalista Patronal, aquele que se empenha loucamente em produzir e reproduzir conteúdos que agradem aos patrões.

O caso aéreo de Lu é exemplar para entender a alma abjeta da imprensa.

Se fosse a mulher de Lula, jornais e revistas se atirariam, em matilha, às denúncias.

Manchetes, primeiras páginas, capas, demorados minutos no Jornal Nacional. O público, ou vítima, seria bombardeado.

Mas não é Dona Mariza.

Sendo a mulher de Alckmin, ninguém repercute a história ou, muito menos, a aprofunda. A própria Folha, que deu, logo esquece, ao contrário do que faria se fosse Dona Mariza, ainda que o furo fosse da concorrência.

A mídia já não faz questão sequer de manter as aparências. É preciso ser definitivamente um analfabeto político para levá-la a sério.

Machado de Assis escreveu que o pior pecado depois do pecado é a publicação do pecado. Jornais e revistas usam essa lógica machadiana para encobrir os pecados dos amigos: não os publicam.

O problema é que, na Era Digital, a informação se espalha velozmente pelos sites progressistas e pelas redes sociais.

Quem perde é a sociedade com o comportamento delinquente da mídia.

Discussões importantes são perdidas. Por exemplo: faz sentido um Estado, mesmo sendo São Paulo, ter aviões e helicópteros para o transporte do governador?

Um governo que não pode pagar decentemente professores pode se dar a tal luxo?

Recentemente, o governo britânico conseguiu enfim aprovar a aquisição de um jato para uso do premiê e dos ministros. Uso a serviço, naturalmente, não aquilo que Lu Alckmin e Aécio fizeram com aviões mantidos por recursos públicos.

A argumentação contrária era que um avião para o governo seria um gesto ruim em tempos de austeridade e uma afronta à cultivada frugalidade britânica.

O governo teve que fazer contas para mostrar que economizaria dinheiro com um avião particular.

Foi uma batalha.

Enquanto isso, você fica sabendo, por vias tortas como a compulsão aérea da primeira dama de São Paulo, que o governo paulista tem uma frota aérea.

O Brasil necessita de um choque urgente de simplicidade e frugalidade para que excessos dessa natureza, e de muitas outras, sejam evitados.

A mídia poderia ajudar se fizesse um trabalho decente.

Mas o que ela faz é indecente.



## Resumo de Notícias

04/01/2016 - CUT

# Valorização do mínimo acrescentará R\$ 57 bi à economia

Atacada pelos conservadores política é resultado da luta da classe trabalhadora

A elevação do salário mínimo para R\$ 880 passou a valor no dia 1º de janeiro. O valor representará um acréscimo de R\$ 57,042 bilhões na renda de 48,3 milhões de trabalhadores ativos e aposentados com rendimentos baseados no mínimo ou que recebem o piso nacional.

O aumento de 11,6% em relação ao valor anterior de R\$ 788 amplia a capacidade de crescimento da economia e fica acima dos 10,28% de inflação acumulados até novembro de 2015. Desde 2002, primeiro ano governo Lula, o salário mínimo acumula ganho real de 77,35%.

O reajuste também é superior aos R\$ 865,50 previstos pelo governo, quando enviou o projeto ao Congresso Nacional, em agosto de 2014, e deve acrescentar R\$ 30,7 bilhões na arrecadação tributária sobre o consumo.

De acordo com nota divulgada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o valor corresponde a 2,14 cestas básicas, a maior capacidade de compra registrada nas médias anuais desde 1979, início da série histórica.

### Bom para o Brasil, ruim para os conservadores

Em 2004, a CUT e as demais centrais sindicais lançaram uma campanha pela valorização do mínimo. Foram três marchas conjuntas em Brasília que resultaram em elevação expressiva e, em 2007, durante o



governo do ex-presidente Lula, resultou na política permanente de valorização do salário válida até 2023.

A conquista é essencial, porque estabelecer critérios claros para definir um aumento real que tem como referências a inflação do período anterior e o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

Para os conservadores, porém, um das políticas sociais mais importantes da história do Brasil, que garante inclusão, distribuição de renda e aumento da massa salarial como um todo é ruim porque pressiona a inflação e atrapalha as contas públicas. São os mesmos contrários à tributação sobre lucros, dividendos e fortunas, isenções essas que não atrapalham nem um pouco a arrecadação.

Em nove anos de existência, o que a política de valorização do mínimo demonstrou foi ser um mecanismo fundamental de inclusão social, melhoria da qualidade de vida e fomento da economia. Especialmente nas regiões Nordeste e Norte do país, onde 55,1% e 39,7% da população, respectivamente, recebem até um salário.

Para saber mais: Conheça abaixo uma reportagem especial do Jornal da CUT que conta um pouco da história da luta da CUT e das demais centrais pela valorização do salário mínimo.

<https://www.youtube.com/watch?v=CFky29pjAGk>